



MPCDF

Fl. 1310
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 0664/2016-ML

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO N.º 1.958/2009

EMENTA: REPRESENTAÇÃO N.º 4/2009-CF. LICITAÇÕES. RA XII. MODALIDADE CONVITE. IRREGULARIDADES DIVERSAS. DECISÃO N.º 6.163/2014. DETERMINAÇÕES. REPRESENTAÇÃO N.º 13/2015-ML. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS. CONFLITO DE INTERESSE. FALHA FUNCIONAL. ATUAÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESTADO EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONTRATADA PELO PODER PÚBLICO DISTRITAL. MOROSIDADE NA CONDUÇÃO DO PROCESSO N.º 480.001.020/2009. DECISÃO N.º 3.699/2015. CONHECIMENTO PARCIAL DA EXORDIAL. SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. ÁREA TÉCNICA ENTENDE QUE FORAM CUMPRIDAS INTEGRALMENTE AS DILIGÊNCIAS DETERMINADAS. SUGERE A IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL PARCIALMENTE CONVERGENTE. JUNTADA DE NOVA DOCUMENTAÇÃO. UNIDADE TÉCNICA MANTÉM O ENTENDIMENTO ANTERIOR. PARECER DO **MPC/DF** PELO CUMPRIMENTO PARCIAL DA DECISÃO N.º 6.163/2014, PELA **PROCEDÊNCIA** DA REPRESENTAÇÃO NO QUE CON CERNE À MOROSIDADE NA CONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, COM DETERMINAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PAD, E PELA **PERDA DE OBJETO** DA EXORDIAL EM RELAÇÃO À CONFIGURAÇÃO DE INFRAÇÃO FUNCIONAL POR AGENTE PÚBLICO.

1. Os autos em epígrafe foram constituídos para albergar o exame da Representação n.º 4/2009-CF, atinente a irregularidades identificadas na execução de contratos de obras mediante convite ocorridas na Administração Regional de Samambaia, em 2008. Também abriga o presente Processo a Representação n.º 13/2015-ML.
2. No presente momento, retornam os autos ao **MPC/DF** para que, desta feita, este Órgão Ministerial possa se manifestar a respeito do reflexo da documentação juntada às fls. 1.276/1.294 pelo Sr. Júlio César Peres no exame de mérito da Representação n.º 13/2015-ML, fls. 994/997, em atenção ao Despacho exarado à fl. 1.274.
3. Sobre a documentação, o Corpo Técnico assim se manifestou:



MPCDF

Fl. 1311
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“III - DA INFLUÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE FLS. 1.275/1.294 SOBRE O CONTEÚDO DA INFORMAÇÃO N° 22/2016 – 3ª DIACOMP

15. *Da análise da nova documentação encaminhada pelo Senhor Júlio Cesar Peres (fls. 1.276/1.294), observa-se que o seu conteúdo não altera as sugestões e as conclusões da Informação n° 22/2016 – 3ª DIACOMP.*

16. *Os documentos de fls. 1.276/1.294 descaracterizam, salvo melhor juízo, a possível infração relatada no parágrafo 39 do Parecer n° 213/2016 – ML (fl. 1.268).*

17. *As empresas Estructura Construção Ltda. – EPP (CNPJ n° 02.881.575/0001-96), Iperes Construção e Incorporação Ltda. – ME (CNPJ n° 01.589.372/0001-68) e Hospital Nacional de Brasília – Ltda. (CNPJ n° 15.280.604/0001-06) deixaram de existir antes da posse do citado gestor como Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras em janeiro de 2015 (fls. 1.279/1.281).*

18. *Já as alterações dos contratos sociais das empresas Brisas do Parque Empreendimentos imobiliários Ltda. (CNPJ n° 97.547.333/0001-77) e Noroeste Incorporadora Ltda. (CNPJ n° 13.831.621/0001-69) indicam que a mencionada autoridade não atua como sócio gerente das duas empresas (fls. 1.282/1.293).*

19. *Na Certidão Simplificada da Junta Comercial de Brasília da empresa Val Gardena Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CNPJ n° 11.044.440/0001-67), por sua vez, o nome do Senhor Júlio Cesar Peres não consta como sócio gerente (fl. 1.294).” (Fl. 1.307 - grifos acrescidos).*

4. Nessa toada, o Corpo Instrutivo sugeriu ao c. **Plenário** “deliberar sobre as sugestões de fls. 1.248/1.249, às quais se acresce a de que a Corte tome conhecimento do documento de fls. 1.276/1.294.” (Fls. 1.307).

5. Findo o relato, este Órgão Ministerial passa à análise do feito.

6. Conforme destacado no Parecer n° 213/2016-ML, fls. 1.252/1.270, **duas** são as nuances que exsurtem na atual fase processual, quais sejam: i) o exame das determinações contidas na r. Decisão n° 6.163/2014, itens IV, **a**, **b**, **c** e **d**, V e VI; e ii) **o mérito da Representação n° 13/2015-ML**, fls. 994/997.

7. No que concerne ao cumprimento da r. Decisão n° 6.163/2014, transcrevo trecho do Parecer n° 213/2016-ML a respeito, uma vez que mantido o posicionamento Ministerial:

“(…)

15. *Em atenção ao item IV, **a**, da citada deliberação, foi instaurada a TCE tratada no Processo n° 480.000.047/2015. Dados do SICOP indicam que o feito em destaque está em trâmite na Controladoria-Geral do Distrito Federal, conforme a última movimentação do feito realizada em 18/1/2016. Desse modo, em **harmonia** com o Corpo Instrutivo, este Órgão Ministerial entende que **foi atendido** o desiderato da deliberação do e. **Plenário** quanto ao item em destaque.*

16. *Ademais, conforme sublinhou a Divisão de Acompanhamento, é despiciendo a verificação do deslinde da apuração especial no presente feito, pois a TCE é acompanhada no c. **TCDF** no âmbito de processo específico. Ainda, vale acrescentar*



MPCDF

Fl. 1312
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

que as TCE's instauradas, encerradas ou em andamento no exercício devem ser anexadas aos processos de contas anuais da Administração Regional, a teor do art. 14 da Resolução nº 102/1998, o que reforça a desnecessidade de acompanhamento das apurações nos autos ora em exame.

17. Quanto ao item IV, **b, c e d**, da r. Decisão nº 6.163/2014, por intermédio do Ofício nº 45/2016-SUCOR/CGDF, fls. 1.236/1.237, a CGDF salientou a Subcontroladoria de Correição, nos termos do art. 6º da Lei nº 4.938/2012, atua como Órgão Central de Correição, sendo competente para supervisão e acompanhamento das unidades setoriais do sistema, entre elas a Administração Regional, **in casu**, responsável pela condução do procedimento correicional determinado pelo c. **TCDF**. Com espeque nessas informações, a Controladoria-Geral do Distrito Federal alegou que teria envidado esforços no sentido de obter informações do órgão setorial (RA XII) concernentes aos procedimentos administrativos adotados.

18. Nesse aspecto, impende salientar que o Órgão Central do sistema de correição do Poder Executivo distrital **deve analisar os processos administrativos e sindicâncias em andamento nos órgãos e entidades integrantes da administração direta distrital**. Ainda, é atribuição do órgão manter **registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso no sistema**, nos termos do art. 6º, IX e XI, da Lei nº 4.938/2012.

19. Portanto, uma vez que a Subcontroladoria de Correição Administrativa **não noticiou** a efetiva instauração dos processos disciplinares no âmbito da Administração Regional de Ceilândia, aos olhos deste Órgão Ministerial, **não houve o cumprimento do item IV, b, c e d**, da r. Decisão nº 6.163/2014, sendo forçosa a **reiteração** do aludido dispositivo.

20. No que concerne ao item V da r. Decisão nº 6.163/2014, por meio do qual o c. **TCDF** determinou o envio dos Processos Administrativos instaurados pela então STC/DF em atenção ao item II, **a**, da r. Decisão nº 3.671/2009, este **MPC/DF** também **lamenta dissentir** do Corpo Instrutivo.

21. Não se pode olvidar que, malgrado não integre as competências desta c. **Corte de Contas** se imiscuir no mérito dos processos administrativos instaurados ante a possibilidade de aplicação das sanções especificadas no art. 87 e 88, II e III, da Lei nº 8.666/1993, o controle externo possui autoridade para **acompanhar o fiel cumprimento da lei nos feitos em destaque**, mormente por derivarem de determinação do e. **TCDF**. Além disso, a verificação de **irregularidade na condução** dos feitos pode culminar em determinação desta c. **Corte de Contas** para que a jurisdicionada efetue a correção do ato.

22. É dizer, cabe ao e. **TCDF acompanhar o deslinde** dos feitos instaurados em razão da r. Decisão nº 3.671/2009, de modo a resguardar a **autoridade das suas deliberações**, mediante, inclusive, a aplicação da penalidade prevista no art. 57, VII, e § 1º, da LC nº 1/1994 em caso de descumprimento. Com efeito, a identificação de irregularidades ou ilegalidades na condução dos processos de apuração de responsabilidade das contratadas, como é o caso de leniência no deslinde dos feitos, evoca a atuação da c. **Corte de Contas**, conforme art. 1º, X e XII, da Lei Complementar nº 1/1994.

23. Em tempo, este Órgão Ministerial entende forçoso rememorar o inteiro teor do item II, **a**, da r. Decisão nº 3.671/2009, de modo a identificar as sociedades



MPCDF

Fl. 1313
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

empresárias passíveis de penalização em razão dos processos administrativos deflagrados em razão do dispositivo em destaque:

“II. determinar à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do DF que: a) instaure os devidos processos administrativos, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, em razão das irregularidades comentadas no tópico I do Relatório de Inspeção, às seguintes empresas: Construtora Ícone Ltda.; Engeforte Incorporações Ltda.; JD Construções e Instalações Ltda.; W.R.M. Engenharia e Construções Ltda.; Construtora Pollo Comércio e Incorporações Ltda.; Terra Oeste Terraplanagem, Escavações e Transportes Ltda.; Carga Total construções e Transporte Ltda.; Ericstel construções Ltda.; RN Construtora Ltda.; Brisa Construções Ltda.; Futura Construções e Incorporações Ltda.; Implanta Construções Ltda.; HB Engenharia Ltda.; Repasa Pavimentações Ltda.; Geométrica Engenharia e Construções Ltda.; Alacon Engenharia Ltda. (ou Alarcão Engenharia e Serviços Ltda.); Brasgo Engenharia Ltda.; Aliança Empresarial Engenharia Ltda.; Entec Engenharia e Consultoria Ltda.; D & M Construtora Ltda.; Engel Construções, Indústria e Comércio Ltda.; Uzimix Engenharia e Comércio Ltda.; Construtora Ebrax Ltda.; Construtora Oslo Ltda.; JBM Engenharia Ltda.; Damluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda.; Compacta Construções e Projetos Ltda.; Construtora Memorial Incorporadora Ltda.; Pentag Engenharia Ltda.; Soloart Terraplanagem Ltda.; LGP Construções e Projetos Ltda.; Construtora Ávila de Azevedo Ltda.; Engemaxi Engenharia Ltda.; **Construtora Ipê Ltda.**; Conservenge Construção e Conservação Ltda.; Spasso Engenharia Ltda.; Área Engenharia Ltda.; Pirâmide Engenharia Ltda.; Menezes Engenharia e Construções Ltda.; TEC Construtora Ltda.; Formato Comércio e Construções Ltda.; Entherm Engenharia e Sistemas Termomecânicos Ltda.; Estrela Construções e Edificações Ltda.; Millenium Construções e Serviços Ltda.;” (Grifos acrescidos).

24. Cotejando a lista contida no excerto transcrito com os documentos juntados às fls. 908/912, 925/931, 936/957, 960/966, 968/991, 1.030/1.057 e 1.222/1.223, é possível avaliar o **resultado das apurações levadas a efeito**, desiderato do item V da r. Decisão nº 6.163/2014. A tabela abaixo apresenta a resumo do andamento das apurações de responsabilidade demandas pelo e. **TCDF**:

| Sociedade empresária | Instauração | Processo | Situação | Fls. |
|-------------------------------|---|------------------|--|-------------|
| Construtora Ícone Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.019/2009 | - | - |
| Engeforte Incorporações Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.024/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 15, de 20/2/2015, DODF nº 37, de 23/2/2015, p. 2) | 1.048 |

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
QUARTA PROCURADORIA

| Sociedade empresária | Instauração | Processo | Situação | Fls. |
|---|---|------------------|---|-------------|
| JD Construções e Instalações Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.044/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 19, de 20/2/2015, DODF nº 37, de 23/2/2015, p. 3). | 949 |
| W.R.M. Engenharia e Construções Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.013/2009 | Declaração de Inidoneidade (Portaria nº 21, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 1). | 969 |
| Construtora Pollo Comércio e Incorporações Ltda. | | 480.001.063/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 52, de 18/3/2015, DODF nº 56, de 20/3/2015, p. 5). | 1.035 |
| Terra Oeste Terraplanagem, Escavações e Transportes Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.011/2009 | Declaração de Inidoneidade. (Portaria nº 17, de 20/2/2015, DODF nº 23/2/2015, p. 3). | 945 |
| Carga Total construções e Transporte Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.014/2009 | - | - |
| Ericstel construções Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.031/2009 | - | - |
| RN Construtora Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.007/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 28, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 2). | 955 |



MPCDF

Fl. 1315
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

| Sociedade empresária | Instauração | Processo | Situação | Fls. |
|---|---|------------------|---|-------------|
| Brisa Construções Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, pp. 11/12. | 480.001.040/2009 | - | - |
| Futura Construções e Incorporações Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125 de 17/6/2014, pp. 11/12. | 480.001.034/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 12, de 19/2/2015, DODF nº 36, de 20/2/2015, p. 4) | 941 |
| Implanta Construções Ltda. | Portaria nº 29, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 12. | 480.001.042/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 67, de 26/3/2015, DODF nº 61, de 27/3/2015, p. 2). | 961 |
| HB Engenharia Ltda. | Portaria nº 29, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 12. | 480.001.041/2009 | Declaração de Inidoneidade (Portaria nº 24, de 27/3/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 1). | 951 |
| Repasa Pavimentações Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.006/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 20, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 1). | 984 |
| Geométrica Engenharia e Construções Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, pp. 11/12. | 480.001.035/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 41, de 18/3/2015, DODF nº 56, de 20/3/2015, p. 4). | 963 |
| Alacon Engenharia Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, pp. 11/12. | 480.001.036/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria 25, de 27/2/2015, DODF nº 42, | 975 |



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

| <i>Sociedade empresária</i> | <i>Instauração</i> | <i>Processo</i> | <i>Situação</i> | <i>Fls.</i> |
|---|---|------------------|---|-------------|
| | | | de 2/3/2015, p. 1). | |
| Brasgo Engenharia Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, pp. 11/12. | 480.001.039/2009 | Declaração inidoneidade (Portaria nº 16, de 20/2/2015, DODF nº 37, de 23/2/2015, p. 2. | 943 |
| Aliança Empresarial Engenharia Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, pp. 11/12. | 480.001.037/2009 | Declaração de inidoneidade. (Portaria nº 22, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 1). | 951 |
| Entec Engenharia Consultoria Ltda. | - | - | - | - |
| D & M Construtora Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.026/2009 | - | - |
| Engel Construções, Indústria e Comércio Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.027/2009 | - | - |
| Uzimix Engenharia e Comércio Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.012/2009 | Declaração inidoneidade (Portaria nº 23, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 1). | 951 |
| Construtora Ebrax Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.018/2009 | - | - |
| Construtora Oslo Ltda. | Portaria nº 28, de 15/3/2012, DODF nº 54, de | 480.001.022/2009 | Declaração de inidoneidade (Ato do | 966 |



MPCDF

Fl. 1317
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

| <i>Sociedade empresária</i> | <i>Instauração</i> | <i>Processo</i> | <i>Situação</i> | <i>Fls.</i> |
|---|---|------------------------|--|--------------------|
| | 16/3/2012, p. 15. | | Secretário, DODF nº 118, de 19/6/2012, p. 1). | |
| JBM Engenharia Ltda. | Portaria nº 29, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 12. | 480.001.043/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 27, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 2). | 953 |
| Damluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.025/2009 | - | - |
| Compacta Construções e Projetos Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.015/2009 | - | - |
| Construtora Memorial Incorporadora Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.021/2009 | - | - |
| Pentag Engenharia Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.048/2009 | Declaração de Inidoneidade (Portaria nº 26, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 2). | 976 |
| Soloart Terraplanagem Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.008/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 9, de 19/2/2015, DODF nº 36, de 20/2/2015, p. 3) | 937 |
| LGP Construções e Projetos Ltda. | Portaria nº 29, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 12. | 480.001.045/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 13, de 20/2/2015, DODF nº 37, | 987 |



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

| <i>Sociedade empresária</i> | <i>Instauração</i> | <i>Processo</i> | <i>Situação</i> | <i>Fls.</i> |
|---|---|------------------------|--|--------------------|
| | | | de 23/2/2015, p. 2). | |
| Construtora Ávila de Azevedo Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11 | 480.001.017/2009 | - | - |
| Engemaxi Engenharia Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.028/2009 | - | - |
| Construtora Ipê Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.020/2009 | - | - |
| Conservenge Construção e Conservação Ltda. | Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.016/2009 | - | - |
| Spasso Engenharia Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.009/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 10, de 19/2/2015, DODF nº 36, de 20/2/2015, p. 3) | 1.057 |
| Área Engenharia Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, pp. 11/12. | 480.001.038/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 14, de 20/2/2015, DODF nº 37, de 23/2/2015, p. 2). | 1.048 |
| Pirâmide Engenharia Ltda. | Portaria nº 30, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 12. | 480.001.049/2009 | - | - |
| Menezes Engenharia e Construções Ltda. | Portaria nº 29, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. | 480.001.046/2009 | Arquivado (Decisão, DODF nº 268, de 23/12/2014, | 930/931 |



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

| <i>Sociedade empresária</i> | <i>Instauração</i> | <i>Processo</i> | <i>Situação</i> | <i>Fls.</i> |
|--|--|------------------|---|-------------|
| | 12. | | p. 930). | |
| TEC Construtora Ltda. | Portaria nº 25, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.010/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 11, de 19/2/2015, DODF nº 36, de 20/2/2015, p. 3) | 981 |
| Formato Comércio e Construções Ltda. | Portaria nº 28, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11/12. | 480.001.033/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 18, de 20/2/2015, DODF nº 37, de 23/2/2015, p. 3). | 947 |
| Entherm Engenharia e Sistemas Termomecânicos Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.030/2009 | - | - |
| Estrela Construções e Edificações Ltda. | Portaria nº 27, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 11. | 480.001.032/2009 | Declaração de inidoneidade (Portaria nº 29, de 27/2/2015, DODF nº 42, de 2/3/2015, p. 2). | 957 |
| Millenium Construções e Serviços Ltda. | Portaria nº 29, de 16/6/2014, DODF nº 125, de 17/6/2014, p. 12. | 480.001.047/2009 | - | - |

25. Acerca da tabela acima, este Órgão Ministerial destaca que, para racionalizar as informações quanto ao deslinde dos processos, não levou em conta deliberações proferidas após interposição de recursos administrativo pelas sociedades empresárias ou ingresso de ação no Poder Judiciário, visto que os dados indicados por este **Parquet** especializado são suficientes para que a c. **Corte de Contas** verifique a tramitação dos processos administrativos em destaque.

26. Ante as informações apresentadas no quadro acima, constata-se que este **MPC/DF** não localizou a instauração de feitos correccionais para a integralidade das sociedades empresárias listas na r. **Decisão** nº 3.671/2009, tampouco observou-se a conclusão da integralidade dos processos administrativos instaurados em obediência ao r. **Decisum**, visto que **não há nos autos informação acerca do deslinde de 18 feitos correccionais**.



MPCDF

Fl. 1320
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

27. Vale dizer que a referida **morosidade** foi verificada na condução do Processo nº 480.001.020/2009, atinente à Construtora Ipê Ltda. Importante salientar que o descumprimento do **princípio da duração razoável do processo**, erigido a condição de **princípio fundamental** no art. 5, LXXVII da Constituição Federal, fundamentou o oferecimento da Representação nº 13/2015-ML.

28. Assim sendo, torna-se imperioso reiterar à Casa Civil e à Controladoria-Geral do Distrito Federal que enviem ao e. **TCDF** os **resultados das apurações** determinadas pelo item III da r. Decisão nº 3.943/2012.

29. Ainda no tocante às diligências em exame, conforme sopesou o Corpo Instrutivo, **não houve pronunciamento do MPDFT acerca do trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 2013.01.1.10539-3**. Com efeito, **continua pendente de atendimento** a solicitação contida no item VI da r. Decisão nº 6.163/2014.

30. Quanto ao processo judicial em destaque, este Órgão Ministerial entende pertinente transcrever excerto da Informação nº 144/2014 – SEACOMP/3ª DIACOMP, fls. 858/873, com o fito de rememorar os motivos que fundamentaram a solicitação em evidência. A propósito, eis excerto da aludida informação técnica:

“32. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios atendeu à solicitação supra enviando à Corte o Ofício nº 1230/2013 – 3ª PRODEP – MPDFT, fls. 735, o qual cuida de enviar cópia da Ação Civil Pública anulatória, distribuída sob o número 2013.01.1.105397-3, fls. 736/747, tendo como réus o Distrito Federal, **ENTEC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.** e Marconi Edson Faleiro Ferreira. Encaminha, ainda, cópia da requisição para instauração de Inquérito Policial destinado a apurar os indícios do crime descrito no art. 90 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da análise quanto a ocorrência do crime descrito no art. 312 do Código Penal.

33. Aponta a Terceira Promotoria de Justiça e Defesa do Patrimônio Público e Social na ação civil comentada que no período de fevereiro a julho de 2008 foram atuados **cinco processos administrativos de licitação de serviços de engenharia pela Administração Regional de Samambaia nos quais se sagrou vencedora a ENTEC**. Afirma ter influência de membros de Gabinete de Deputada Distrital com relações de parentesco com o senhor Fabrício Ferreira Hizin, que vem a ser irmão do dono da ENTEC, Marconi Edson Faleiro Ferreira.

34. Informa ao Juízo da Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal que a Controladoria do Distrito Federal encontrou ‘um rosário de ilegalidades’ e as relata (fls. 738). Assim, requer:

- a) Citação dos réus;
- b) Seja decretada a nulidade dos Contratos nº 21/2008, nº 41/2008, nº 52/2008, nº 08/2009 e nº 14/2009, celebrados com a empresa ENTEC;
- c) Declarada a ré ENTEC imputável pela nulidade dos ajustes;
- d) Sejam condenados ENTEC e Marconi Edson Faleiro Ferreira na devolução de todos os valores recebidos à conta dos contratos mencionados.

35. **Diante do encaminhado pelo MPDFT pode o TCDF ter por atendida a solicitação constante do item VIII em exame.** Em razão de a questão estar sob exame do poder judiciário, no âmbito da Ação específica, bem como existir apuração dos fatos pela autoridade policial, este Casa pode aguardar o deslinde do assunto, solicitando ao MPDFT o envio do trânsito em julgado da Ação Civil Pública distribuída sob o número 2013.01.1.105397-3. **Nossa sugestão tem por fim proporcionar ao TCDF o conhecimento dos resultados das apurações que**



MPCDF

Fl. 1321
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

porventura possam trazer elementos novos aos autos, bem como auxiliar em futuros entendimentos desta Casa. (Grifos acrescidos).

31. Conforme sublinhado pelo Corpo Instrutivo à época, a ação judicial e o presente processo possuem identidade no tocante ao exame do Contrato nº 52/2008, no que concerne às apurações envolvendo a Entec Engenharia e Consultoria Ltda., sociedade empresária para a qual o c. **TCDF** determinou instauração de processo administrativo, com o fito de aplicação de sanções estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 (item II, **a**, da r. Decisão nº 3.671/2009).

32. Nesse particular, levando em conta as providências já adotadas pelo c. **Tribunal** em relação à Entec Engenharia e Consultoria Ltda. (e.g. r. Decisões 670/2009, 3.671/2009 e 6.163/2014, fls. 87, 235/236 e 904/905), este **MPC/DF** entende **despiciendo** acompanhar o deslinde do Processo nº 2013.01.1.10539-3, mormente em razão da **declaração de inidoneidade aplicada à aludida entidade no bojo do Processo nº 480.001.029/2009**, por intermédio da Decisão do Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil, publicada no DODF nº 147, de 25/7/2012, p. 2”.

8. Lado outro, no que se refere aos esclarecimentos apresentados em face dos **itens II e III¹** da r. Decisão nº 3.699/2015 e, por conseguinte, do **mérito** da Representação nº 13/2015-ML, fls. 994/997, entendo oportuno **rememorar o exame empreendido no Parecer nº 213/2016-ML**, fls. 1.252/1.270:

“34. Conforme sopesou o Corpo Instrutivo, dois são os indícios de irregularidade a serem apreciados pelo c. **TCDF**, quais sejam: o **exercício de gerência/administração de sociedade empresária** por Secretário de Estado, em afronta aos arts. 191, IV, e 193, IX e X, da Lei nº 840/2011, e a **morosidade** na condução do **Processo nº 480.001.020/2009** em tramitação na Casa Civil.

35. A documentação juntada aos autos denota a **transferência de direitos e obrigações** das sociedades empresárias Construtora Ipê Ltda. e Riacho Empreendimentos Imobiliários Ltda. do Sr. Júlio César Peres para sua filha, Helena Mazzaro Peres. Além disso, salienta a **ausência de empresa individual** em nome do agente, bem como a **exclusão do gestor do quadro societários de outras sociedades empresárias**.

36. Aos olhos do **MPC/DF**, a alteração societária, por si só, **não retira a ingerência do gestor público nos atos da sociedade empresária**. Considerando que a Construtora Ipê Ltda. mantém ajuste em vigor com o Governo do Distrito Federal, isto é, o Contrato nº 59/2013-SES/DF, no valor de R\$ 2.653.018,73, entende-se configurado o **conflito de interesse** sugerido pelo **Parquet** especializado na Representação nº 13/2015-ML, assim como ofensa ao **princípio da moralidade**, mormente em razão da prorrogação do ajuste em 15/4/2015, já no momento em que era Secretário de Estado.

37. Ademais, vale mencionar que a referida sociedade empresária, após o oferecimento da Representação nº 13/2015-ML, recebeu dos cofres públicos o

¹ “(...) II – em homenagem aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que o Sr. Júlio Cesar Peres, na condição de interessado, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes acerca das questões suscitadas na representação em tela; III – determinar à Casa Civil do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente informações acerca do andamento do Processo Administrativo nº 480.001.020/2009; (...)”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

montante de R\$ 789.973,24, conforme se pode verificar das Ordens Bancárias nºs 2015OB14820, 2015OB20147, 2015OB23254, 2015OB23255, 2015OB23265, 2015OB23273 e 2016OB02699.

38. O recebimento de valores como contrapartida pelos serviços prestados não evidencia qualquer irregularidade. Contudo, considerando que há **indícios** de que a ordem cronológica de pagamento tenha sido violada pela SES/DF, torna-se premente o encaminhamento destes dados ao Processo nº 1.691/2015, para a devida apuração.

39. Em tempo, forçoso salientar que, por intermédio de consulta ao sistema de CNPJ, foi possível verificar que a autoridade mencionada atua como **gerente/administrador** de outras sociedades empresárias, o que **caracteriza o cometimento de infração funcional grave**, a teor do art. 193, IX e X, da LC nº 840/2011.

| Sociedade Empresária | CNPJ | Qualificação do Interessado |
|---|--------------------|-----------------------------|
| Estructura construção Ltda - EPP | 02.881.575/0001-96 | Sócio Administrador |
| Iperes Construção e Incorporação Ltda - ME | 01.589.372/0001-68 | Sócio Administrador |
| Val Gardena Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 11.044.440/0001-67 | Administrador |
| Noroeste Incorporadora Ltda. | 13.831.621/0001-69 | Administrador |
| Brisas do Parque Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 97.547.333/0001-77 | Administrador |
| Hospital Nacional de Brasília Ltda. | 15.280.604/0001-06 | Administrador |

40. Ante o exposto, levando em conta a presunção de veracidade dos dados registrados, **cedo o cometimento de infração funcional pelo gestor**. Portanto, como consectário dos dados acima expostos, a **procedência** da Representação nº 13/2015-ML é medida que se impõe, sendo premente a necessidade de **determinação ao órgão competente para instauração de processo administrativo disciplinar** para apurar a conduta ora inquinada.

41. No tocante à lentidão na condução do Processo nº 480.001.020/2009, atinente à declaração de inidoneidade da Construtora Ipê Ltda., a par dos documentos que instruem os autos, extrai-se que, malgrado a determinação para instauração de processo administrativo tenha **ocorrido em 2009** (r. Decisão nº 3.671/2009), a comissão processante foi constituída apenas em **16/6/2014** (Portaria nº 26, de 16/6/2014, DODF nº 126, de 18/6/2014), ademais, verifica-se que a averiguação foi concluída em **21/5/2015**.

42. Aos olhos do **Parquet**, a toda evidência, não parece razoável um prazo de **quase 5 anos para a instauração de um processo administrativo** e de um ano, aproximadamente, para a sua conclusão no âmbito da própria Administração.

43. Em harmonia com o Corpo Instrutivo, este **Parquet** especializado entende que **não é possível imputar ao Secretário de Estado responsabilidade pela leniência na condução do Processo nº 480.001.020/2009**, tendo em vista que a lentidão na tramitação do aludido feito foi perpetrada, em sua maioria, durante a gestão do Distrito Federal que atuou entre 2011 e 2014.

44. O objeto da Representação nº 13/2015-ML, contudo, é outro, como se pode verificar do seguinte trecho da exordial, **ipsis litteris**:



MPCDF

Fl. 1323
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

‘Volvendo ao exame do Processo atinente à declaração de inidoneidade da Construtora Ipê Ltda. (Processo nº 480.001.020/2009), este MPC/DF, em consulta ao SICOP, verificou indícios de morosidade na condução dos citados autos, o que também merece ser apreciado pelo c. TCDF, uma vez que haveria nítida violação ao princípio da eficiência e da duração razoável do processo, ambos com assento constitucional.’

45. Não há dúvida de que houve **morosidade** na condução do referido processo, devendo o c. TCDF, no entender desta Quarta Procuradoria, considerar **procedente** a Representação nº 13/2015-ML neste ponto e **determinar** que seja instaurado pelo competente órgão distrital processo administrativo disciplinar, com fulcro nos arts. 211 e seguintes da LC nº 840/2011, para apuração de responsabilidade do(s) servidor(es) da Casa Civil que foi(ram) responsável(eis) por essa lenta condução, que, inclusive, culminou na impossibilidade de aplicação da sanção em razão de suposta causa de extinção da punibilidade (**prescrição da pretensão punitiva - Despacho nº 1.081/2015 – SAJ/CACI de fl. 1.059**).

46. Evidencia-se que a extinção da punibilidade se deu **única e exclusivamente** pelo decurso do tempo, decurso este que, obviamente, foi de responsabilidade de algum(ns) servidor(es), demandando, consequentemente, a instauração de processo disciplinar, garantidos a ampla defesa e o contraditório.”

9. Ao compulsar o expediente às fls. 1.276/1.278 e anexos às fls.1.279/1.294, é possível depreender que o Sr. Júlio César Peres busca infirmar o possível cometimento de infração funcional, que foi indicado na Representação nº 13/2015-ML.

10. Na espécie, levando em conta o rol apresentado no Parecer nº 213/2016-ML, o citado responsável salienta que as **sociedades empresárias Estructura Construção Ltda. EPP, Iperes Construtora e Incorporação Ltda. – ME e o Hospital Nacional de Brasília Ltda. foram extintas antes da Representação nº 13/2015-ML**, fls. 994/997. Para corroborar as alegações em destaque, o Sr. Júlio César Peres trouxe à baila as Certidões de Baixa de Inscrição no CNPJ às fls. 1.279/1.281.

11. Ademais, às fls. 1.282/1.294, apresenta documentação indicando que **não participa do quadro societário das pessoas jurídicas Noroeste Incorporadora Ltda., Brisas do Parque Empreendimentos Imobiliários Ltda e Val Gardena Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

12. Nesse particular, conforme exposto pelo responsável, dados do Receita Federal do Brasil confirmam a **liquidação voluntária das sociedades empresárias Estructura Construção Ltda. EPP, Iperes Construtora e Incorporação Ltda. – ME e Hospital Nacional de Brasília Ltda. em momento anterior à formulação da Representação nº 13/2015-ML**, fls. 994/997.

13. No que concerne à sociedade **Brisas do Parque Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (CNPJ 97.547.333/0001-77), malgrado inexistir registro no sistema da Receita Federal do Brasil acerca da exclusão do Sr. Júlio César Peres do quadro societário da aludida sociedade empresária, levando em conta **que a Segunda Alteração e Consolidação**



MPCDF

Fl. 1324
Proc.: 1958/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA**

Contratual, apresentada por cópia às fls. 1.282/1.285, foi registrada na Junta Comercial do Distrito Federal em 28/5/2013, entende-se pertinente a alegação do responsável.

14. Entretanto, impede sublinhar que na Representação nº 13/2015-ML este Órgão Ministerial arrazouou que o Sr. Júlio César Peres era quotista majoritário da Construtora Ipê Ltda., sendo plausível aduzir o estabelecimento das diretrizes da sociedade empresária pelo gestor indicado. Ademais, este **Parquet** especializado salientou a **possibilidade** de a autoridade mencionada ser **sócio gerente/administrador** de outras sociedades empresárias. Verifica-se, portanto, que **não houve a indicação expressa das sociedades empresárias na exordial** emanada do MPC/DF, o que ocorreu apenas no Parecer nº 213/2016-ML.

15. Por conseguinte, a desconstituição da **Estrutura Construção Ltda. EPP, Iperes Construtora e Incorporação Ltda. – ME e Hospital Nacional de Brasília Ltda., bem como a alteração contratual realizada na Brisas do Parque Empreendimentos Imobiliários Ltda.** não implicam, **per se**, na improcedência da peça ministerial. **In casu**, deve-se verificar se não havia, no momento da apresentação da Representação nº 13/2015, a configuração da irregularidade levantada pelo **Parquet** especializado.

16. Nesse sentido, no tocante à **Noroeste Incorporadora Ltda.**, o exame dos documentos apresentados às fls. 1.286/1.293 **demonstra que a modificação contratual que retirou o Sr. Júlio César Peres da condição de sócio administrador da aludida sociedade empresária foi averbada no registro público de empresas mercantis em 13/10/2015.** Dessa forma, **cediço que a citada alteração contratual foi formalizada após a Representação nº 13/2015-ML, que ocorreu em 29/7/2015.**

17. Na mesma toada, a **Certidão Simplificada concernente ao registro da Val Gardena Empreendimentos Imobiliários Ltda., foi emitida em 19/5/2016.** A par dessa informação e considerando que os dados atuais da Receita Federal do Brasil não indicam a exclusão do Sr. Júlio César Peres do quadro societário da citada pessoa jurídica, é razoável aduzir que, **no momento da apresentação da peça ministerial em exame havia a irregularidade mencionada na exordial.**

18. Dessa forma, no tocante às sociedades empresárias **Noroeste Incorporadora Ltda. e Val Gardena Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, verifica-se que a documentação ora em exame indica a **perda de objeto da manifestação emanada do MPC/DF.**

19. Em síntese, o entendimento Ministerial é o seguinte.

20. No tocante ao cumprimento da r. Decisão nº 6.163/2014, este MPC/DF entende como **satisfatoriamente atendida** a determinação contida no item IV, **a.** Lado outro, tem como **não atendidos** os itens IV, **b, c e d, V e VI** da r. Decisão nº 6.163/2014, sendo premente a sua **reiteração**, à exceção do item VI.



MPCDF

Fl. 1325
Proc.: 1958/09

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

21. Quanto ao mérito da Representação nº 13/2015-ML, este Órgão Ministerial de Contas entende que o c. **Plenário** deverá considerá-la **procedente** quanto à **morosa condução de processo administrativo no âmbito da Casa Civil** por servidor(es) daquele órgão, que culminou com a **extinção da punibilidade** da sociedade empresária Construtora Ipê Ltda. Como consequência, deverá o c. **TCDF** determinar a **instauração de processo disciplinar** no órgão distrital para apuração de responsabilidade do(s) servidor(es) que deu(deram) causa à extinção da punibilidade.

22. Lado outro, a documentação juntada aos autos denota a **perda de objeto** da Representação nº 13/2015-ML, no que concerne ao cometimento **infração funcional prevista na LC nº 840/2011 pelo Sr. Júlio César Peres**, uma vez que regularizada a situação após a assunção do cargo público.

23. Ante o exposto, este **Parquet** de Contas possui entendimento **parcialmente convergente** com aquele contido na Informação nº 108/2016-3ªDiacomp, fls. 1.295/1.307.

É o Parecer.

Brasília, 22 de julho de 2016.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador